

Neoliberalismo, neoconservadorismo e extrema-direita no Brasil: uma agenda anti-inclusão

Eloisio Moulin de Souza

RESUMO

No contexto contemporâneo, com a emergência de governos de extrema-direita no Brasil e no mundo, este artigo busca compreender os fatores que possibilitaram a união entre neoliberalismo, neoconservadorismo e extrema-direita no Brasil e sua política anti-inclusão de minorias, bem como o efeito de governos de extrema-direita nas políticas públicas direcionadas a população LGBTQIA+, negros e mulheres. Este artigo é um ensaio teórico que busca avançar o conhecimento sobre o tema, ao evidenciar que, em momentos de crises econômicas, a ideologia neoliberal une-se com o neoconservadorismo e ideias de extrema-direita em sua busca pela recomposição de ganhos econômicos perdidos, aderindo a uma agenda anti-inclusão. Entretanto, esta agenda anti-inclusão não pode ser explicada apenas através de elementos econômicos e para se compreender este fenômeno a nível local utilizou-se a estrutura de dominação-exploração patriarcado-racismo-capitalismo presente na sociedade brasileira descrita na obra de Saffioti (1987). Conclui-se que as políticas anti-inclusão promovidas pela aliança neoliberalismo, neoconservadorismo e extrema-direita não afetam somente as minorias, mas principalmente a democracia. Além disso, a inclusão de minorias somente será efetiva se ocorrer fora das linhas da lógica empresarial do sistema neoliberal e que a pauta de inclusão no Brasil só será eficaz se destruir a estrutura de dominação-exploração patriarcado-racismo-capitalismo e for inspirada por forças que não fazem parte do neoliberalismo dominante.

Palavras-Chave: inclusão; neoliberalismo; neoconservadorismo; extrema-direita; minorias.

Neoliberalism, neoconservatism and the far-right in Brazil: an anti-inclusion agenda

ABSTRACT

In the contemporary context, with the emergence of far-right governments in Brazil and around the world, this article seeks to understand the factors that enabled the union between neoliberalism, neoconservatism, and the far-right in Brazil and their anti-inclusion policies for minorities, as well as the effect of far-right governments on public policies aimed at the LGBTQIA+ population, black people, and women. This article is a theoretical essay that seeks to advance knowledge on the subject by showing that in times of economic crisis, neoliberal ideology joins forces with neoconservatism and far-right ideas in their search for the recovery of lost economic gains, adhering to an anti-inclusion agenda. However, this anti-inclusion agenda cannot be explained solely through economic elements and to understand this phenomenon at the local level, the structure of domination-exploitation, patriarchy-racism-capitalism present in Brazilian society described in the work of Saffioti (1987) was used. It is concluded that the anti-inclusion policies promoted by the alliance between neoliberalism, neoconservatism and the far right do not only affect minorities, but mainly democracy. Furthermore, the inclusion of minorities will only be effective if it occurs outside the lines of the business logic of the neoliberal system, and that an inclusion agenda in Brazil will only be effective if it destroys the structure of domination-exploitation patriarchy-racism-capitalism and is inspired by forces that are not part of the dominant neoliberalism.


Keywords: inclusion; neoliberalism; neoconservatism; far-right; minorities.

Recebido em: 22/07/2024

Revisado em: 10/09/2024

Aprovado em: 09/12/2024



Eloisio Moulin de Souza 

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

Doutor em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

eloisiomoulin@gmail.com

Introdução

A teoria democrática liberal é caracterizada pelo racionalismo, individualismo e universalismo abstrato, reduzindo o domínio do político a uma abordagem individualista e racionalista que visa submeter o político ao econômico, a moral e ao jurídico, favorecendo a circulação de ideologias de extrema-direita. Assim, o liberalismo desconsidera do domínio político o social e a construção coletiva dos sujeitos, estabelecendo os sujeitos como indivíduos racionais que agem de acordo com as coações morais, eliminando as paixões e demandas identitárias de minorias, estabelecendo o político como um espaço neutro e livre de jogos de interesses entre diferentes grupos sociais. Assim, a teórica política liberal desconsidera as relações de poder e os antagonismos na constituição do social, desconsiderando em suas análises as relações de poder que produzem exclusão e desigualdades, silenciando vozes dissidentes, procurando disfarçar a exclusão com o manto da racionalidade econômica e da moralidade (Mouffe, 2003). O neoliberalismo opera, de forma hegemônica, na sociedade contemporânea, substituindo os antagonismos presentes na esfera pública política pela moralidade e por aspectos econômicos, eliminando as diferenças identitárias em prol de um sujeito essencial universal abstrato e de valores familiares tradicionais, confundindo política com moralidade (Mouffe, 2003).

Diante do exposto, este ensaio teórico analisa as relações entre neoliberalismo e neoconservadorismo com o (re)surgimento da extrema-direita no Brasil, bem como suas relações com a produção de uma política governamental anti-inclusão de minorias. Entretanto, as relações entre neoliberalismo, neoconservadorismo e extremas-direitas não podem ser explicadas apenas através de elementos econômicos, pois existem especificidades locais que favorecem o surgimento da extrema-direita que diferenciam a extrema-direita brasileira das demais. Portanto, existem aspectos históricos estruturais que fomentam a política anti-inclusão no contexto brasileiro e para se compreender estas especificidades utilizou-se a obra da socióloga Saffioti (1987) para auxiliar a compreender estes aspectos históricos locais e sua relação com o neoconservadorismo e neoliberalismo, enfatizando a aversão a inclusão que permeia diferentes classes sociais na sociedade brasileira. Para a autora, existe no Brasil uma estrutura de dominação-exploração denominada de patriarcado-racismo-capitalismo que favorece a circulação das ideias neoconservadoras de extrema-direita, demonstrando que o econômico não é a única explicação do (re)surgimento da extrema-direita (Löwy, 2015) e sua agenda anti-inclusão no Brasil.

As organizações contemporâneas atuam ativamente na (re)produção da ideologia neoliberal na sociedade visando estabelecer a racionalidade neoliberal como princípio norteador para se compreender todos os fenômenos sociais, dentre eles os processos de inclusão de minorias. Apesar de existirem pesquisas nos Estudos Organizacionais relacionadas a gênero (De Souza, Brewis, Godfrey, 2023; Ferreti & Souza, 2022; Guimarães et. al., 2023), raça (Teixeira, 2020; Gouvea & Oliveira, 2021; Coelho Júnior & Hein, 2021) e sexualidade (Pompeu & Souza, 2019; Siqueira, Medeiros, Silva, Castro, 2022; Souza & Bianco, 2016) estas pesquisas não analisaram

as relações contemporâneas entre o neoliberalismo, neoconservadorismo e extrema-direita e seu impacto nas políticas de inclusão destas minorias. Fora do campo da administração existem trabalhos sobre conservadorismo e extrema-direita (Löwy, 2015), impactos das relações entre conservadorismo e extrema-direita em políticas públicas de diversidade (Camacam, Ribeiro, Pasqualini, 2019; Feitosa, 2021; Ferreira, 2016; Irineu, Oliveira, Lacerda, 2020) e discursos de ódio de gênero e LGBTQIPN+ e extrema-direita (Amato & Fuchs, 2022; Silva, 2021). Entretanto, nenhum destes trabalhos busca explicar os motivos sociológicos brasileiros que fomentam e possibilitam a emergência da ideologia anti-inclusão de minorias em governos de extrema-direita, nem estabelecem uma análise simultânea entre as relações entre neoliberalismo, neoconservadorismo e extrema-direita, sendo que a maioria deles evidencia a as relações entre neoliberalismo e extrema-direita ou conservadorismo e extrema-direita.

Desta forma, este artigo tem como principal contribuição inspirar, de forma crítica, a compreensão da extrema-direita no Brasil para conseguirmos responder às formas que este fenômeno se manifesta contemporaneamente e combater sua agenda anti-inclusão. O artigo avança o conhecimento sobre o tema ao evidenciar que, em momentos de crises econômicas, a ideologia neoliberal em sua busca pela recomposição de ganhos econômicos perdidos acaba aderindo a uma agenda anti-inclusão. Nestes momentos, a ideologia neoliberal anda de mãos dadas com o neoconservadorismo e ideias de extrema-direita. Assim, quanto mais o neoliberalismo avança na sociedade brasileira, mais conservadora e menos inclusiva esta sociedade se torna, demonstrando que existe uma relação direta entre neoliberalismo, neoconservadorismo e extrema-direita. Além disso, o artigo avança a não considerar apenas aspectos econômicos como explicação para o (re) surgimento do neoconservadorismo e extrema-direita no Brasil, buscando evidenciar aspectos não econômicos presentes na sociedade brasileira que promovem a circulação de ideologias conservadoras e de extrema-direita contidos na obra de Saffioti (1987) que demonstra que no Brasil ocorre uma relação simbiótica e indissociável de dominação-exploração entre patriarcado-racismo-capitalismo na construção de desigualdades sociais e manutenção do *status-quo* das classes sociais privilegiadas, que configura-se como uma estrutura de dominação-exploração anti-inclusão.

O artigo começa explicando a junção contemporânea entre o neoliberalismo, neoconservadorismo religioso e extrema-direita, evidenciando seu ataque ao Estado de bem-estar social e as políticas sociais de inclusão de minorias. Em seguida são abordados os elementos não econômicos que atuam de forma simbiótica com o capitalismo na produção de desigualdades no Brasil apontados por Saffioti (1987, 2013), elementos que auxiliam compreender a pauta anti-inclusão da extrema-direita brasileira e a construção subjetiva dos brasileiros conforme as ideias defendidas pelas classes dominantes. Após isto, as particularidades da extrema-direita brasileira e suas diferenças para outras expressões mundiais da extrema-direita são apontadas. O tópico seguinte exemplifica os efeitos nas políticas públicas da junção entre neoliberalismo-neoconservadorismo-extrema-direita, evidenciando a implementação das políticas anti-inclusão durante o governo Bolsonaro, com foco principal nas políticas públicas destinadas a

LGBTQIA+, negros e mulheres. Por fim, as principais conclusões do artigo são apresentadas.

A união anti-inclusão entre neoliberalismo, neoconservadorismo e extrema-direita

Para Harvey (2023), o neoliberalismo é uma teoria das práticas econômicas que propõe a promoção das capacidades empreendedoras e liberdades para se atingir o bem-estar do homem, visando estabelecer uma estrutura institucional que promova sólidos direitos a propriedade privada, livre mercado e livre comércio. Para o neoliberalismo, o Estado teria o papel de criar e manter esta estrutura institucional, não devendo atuar em outras tarefas além desta, como a promoção de políticas sociais para a população. Além disso, uma vez que o Estado cria tal estrutura o mesmo deve interferir o mínimo possível nela. Carvalho e Inocêncio (2021, p. 237) definem neoliberalismo como sendo “[...] uma vertente econômica caracterizada pelo enxugamento da participação do Estado na economia, com privatização de empresas e serviços públicos”. Para atingirem esta finalidade, os neoliberais defendem a desregulamentação de leis trabalhistas e fundos financeiros públicos, pregam menos democracia ao buscarem o esvaziamento da participação da sociedade civil nas decisões políticas, sendo contrários ao Estado ofertar políticas públicas e de direitos para minorias em prol de uma austeridade fiscal, ou seja, o enxugamento de gastos com bem-estar social, acreditando que a sociedade deve ser subordinada ao livre mercado econômico sem a intervenção estatal, buscando, através disto, o favorecimento das corporações multi e transnacionais e o acesso de *comodities* (Carvalho & Inocêncio, 2021).

Com a crise do capitalismo de 2008 houve um crescimento das ideias neoliberais, o que tem relação direta e simbiótica com o crescimento do neoconservadorismo e da extrema-direita no mundo (Löwy, 2015). A crise teve seu início nos Estados Unidos da América onde diversos bancos produziram uma bolha imobiliária ao reduzirem os juros para o financiamento imobiliário visando atrair novos consumidores, o que provocou uma grande valorização dos imóveis. Contudo, a grande procura por estes empréstimos teve como consequência o aumento da taxa de juros, produzindo a desvalorização dos imóveis financiados, fazendo com que os bancos ficassem descapitalizados e as pessoas não conseguissem pagar seus empréstimos. Assim, os movimentos de extrema-direita são uma resposta à crise imobiliária financeira iniciada nos Estados Unidos em razão do interesse dos capitalistas financeiros em recuperarem as perdas econômicas e manterem seus lucros no mesmo patamar ou superior aos resultados financeiros que obtinham antes da crise (Severo, 2020). Em outras palavras, o neoconservadorismo é uma resposta neoliberal ao Estado de bem-estar social, a todo pensamento crítico e a diferentes culturas ao acreditar que as crises do capitalismo ocorrem devido à crise de valores morais e ataques a Deus promovidas por minorias, esquerdas e outras formas de expressões que não se encaixam dentro dos padrões conservadores (Almeida, 2018).

Vale destacar que as empresas capitalistas nas últimas décadas se apropriaram das demandas identitárias de diversas minorias, incorporando questões identitárias. Entretanto, Polese (2020) alerta que este processo de incorporação das organizações de questões identitárias de gênero, raça e sexualidade não produziram mudanças nas relações de mais valia, pois as organizações desenvolvem toda uma infraestrutura social que tem como principal estratégia utilizarem as demandas das minorias para reforçar suas próprias políticas e ideologias neoliberais, transformando as demandas identitárias em lucro para as organizações. Enfim, o capitalismo apropria e incorpora pautas sociais e demandas identitárias como forma de expandir o próprio capitalismo e fazer como que as organizações obtenham vantagem competitiva no mercado e lucro.

Os movimentos políticos conservadores “se desenvolvem em resposta ou resistência a situações históricas de mudanças na estrutura social e política” (Biroli, Machado, Vaggione, 2020, p. 24) e do outro com a crise financeira capitalista neoliberal de 2008, os neoliberais, visando recuperar suas perdas, abandonam suas políticas progressistas em relação as minorias para abraçarem o neoconservadorismo, buscando recompor suas perdas com a crise financeira de 2008 e exigindo dos governos uma política de austeridade através do desmonte de serviços e políticas públicas sociais de inclusão, produzindo, com isto, mais desigualdades através da precarização do trabalho e desemprego, emergindo dentro do próprio neoliberalismo pautas morais aliadas a pautas econômicas (Andrade, 2019). Mattei (2022) afirma que existe uma relação simbiótica entre austeridade e fascismo. Para a autora, toda política de austeridade exige o fascismo, ou seja, um governo autoritário e forte que impõe sua vontade de cima para baixo para implementar seu desejo nacionalista, de maneira coercitiva, com impunidade política para os governantes. Ao mesmo tempo, o fascismo necessita da austeridade para implementar o seu domínio, pois foi por meio da implementação da austeridade que fez com que as instituições neoliberais internacionais e nacionais apoiassem governos fascistas.

A junção do neoliberalismo com o neoconservadorismo cria as condições necessárias para o neofundamentalismo religioso, pois o neofundamentalismo religioso considera que o Estado não deve interferir na família, da mesma forma que, para os neoliberais, o Estado não deve interferir no mercado, atuando estrategicamente em conjunto para eliminarem o Estado de bem-estar social. Considerando que a laicidade do Estado é primordial para a garantia de direitos individuais e coletivos e da sobrevivência da própria democracia, pois assegura e cria parâmetros para a convivência entre diferentes morais na sociedade, a associação entre religião e política, principalmente do pentecostalismo, por meio da teologia da prosperidade e suas conexões com o neoliberalismo, tem produzido fissuras no Estado laico (Severo, 2020).

Como consequência desta junção, neofundamentalistas e neoliberais passam a defender uma agenda conservadora fascista, antifeminista e anti-LGBTQIAPN+ (Irineu, Oliveira, Lacerda, 2020; Junqueira, 2018). O “neoliberalismo associado ao neoconservadorismo se uniram para bloquear os avanços das políticas públicas, dos direitos sexuais e da visibilidade social, desregulando e redefinindo os sentidos dos direitos já

garantidos e amparados legalmente” (Carvalho & Inocêncio, 2021, p. 248). Harvey (2008) esclarece que o programa neoliberal de governo pelas elites com sua busca de manutenção e expansão da liberdade de mercado e enfraquecimento do Estado de bem-estar social é completamente compatível com o conservadorismo. Portanto, o crescimento da extrema-direita é um fenômeno mundial após a crise do capital de 2008, devido a financeirização da economia e pelo caos produzido pelas mudanças ocorridas nas relações entre capital e trabalho.

Assim, a união entre neoliberalismo e neoconservadorismo cria as condições ideais para o (re)surgimento da extrema-direita. De um lado, os neoliberais buscam flexibilizar direitos trabalhistas, previdenciários e dismantelar direitos sociais ofertados pelo Estado à população e, principalmente, a minorias, impactando nas dinâmicas sociais e garantias de Direitos Humanos destas minorias (Severo, 2020), pois a crise de 2008 produziu corrosão social e arrocho para a classe trabalhadora, por meio de estratégias impostas pelo capital com o objetivo de reacumulação de capitais, eliminando as perdas que os capitalistas tiveram com a terceira grande crise do capital, procurando reestabelecer a relação entre capital e trabalho através da manutenção das desigualdades sociais, raciais, sexuais e de gênero, aumentando a exploração e dominação de grupos minoritários com o intuito de usufruir das discriminações históricas para pagar menores salários para mulheres, negros e LGBTQIAPN+, aumentando a precarização da vida destas minorias (Camacam, Ribeiro & Pasqualini, 2019).

Por outro lado, ao estabelecer a família, as organizações neoliberais e a igreja como princípios, o pensamento neoconservador busca negar e apagar da história as conquistas de direitos civis recentes relacionadas à libertação da mulher, à diversidade sexual e de gênero, prometendo a felicidade por meio da produção de ódio entre diferentes grupos sociais: brancos contra negros, homens contra mulheres, heterossexuais contra homossexuais, por exemplo (Ferreira, 2016), pois a extrema-direita necessita da polarização e radicalização para se reproduzir (Miguel, 2021). Para atingir este objetivo, a extrema-direita fomenta e inventa *fake news* para produzir pânico moral e medo nas pessoas com o intuito de conseguirem mobilização e adesão da sociedade (Carvalho & Inocêncio, 2021), tendo-se como alvo principal a população LGBTQIAPN+, como a *fake news* do kit gay nas escolas, por exemplo (Miskolci & Pereira, 2019).

Para obterem o apoio das pessoas às suas ideias e aumentarem sua influência política na sociedade, os partidos de extrema-direita utilizam o medo e o pânico para angariarem apoio do povo as suas estratégias, ideias e ações. Seus discursos compreendem um conjunto de ideias, crenças, estereótipos e atitudes contraditórias com o intuito de estimular, sensibilizar, incitar e mobilizar os segmentos também contraditórios do eleitorado, mesmo que, para isso, tenham que produzir *fake news* (Lacerda, 2021; Wodak, 2015). Para atingirem este intento criam temores e pânico que precisam ser eliminados e controlados na sociedade, fazendo com que as pessoas vejam o mundo como composto por perspectivas antagônicas e dicotômicas: “eu” contra “eles” ou “nós” contra “eles”, através do estabelecimento de novas ou antigas ameaças fictícias, crises irrealis ou reais exageradas, problemas de segurança exagerados e notícias na mídia que produzem medo para

buscarem legitimar na sociedade políticas excludentes (Lacerda, 2021; Wodak, 2015).

Wodak (2015), ao analisar os partidos e políticos populistas de direita nos Estados Unidos e Europa, demonstra que o principal discurso em comum entre estes diversos partidos e políticos é o discurso racista, xenofóbico, nacionalista e antissemita. Existe, nestes discursos, uma busca ao retorno do passado. Por exemplo, as ideias de extrema-direita da ala do *Tea Party*, que compõem o Partido Republicano, defendem que a constituição americana deveria ser compreendida dentro do contexto do ano de sua criação (1787) e que devido a isto os movimentos sociais que lutam por direitos LGBTQIAPN+, feministas/mulheres, negros, judeus, deficientes, dentre outros, não deveriam ser levados em consideração nos dias atuais, já que eram negligenciados naquela época em 1787.

Entretanto, vale salientar que existem contradições nesta união entre a ideologia neoliberal e extrema-direita. A principal delas é que enquanto os neoliberais são favoráveis à globalização do capital, a extrema-direita defende o nacionalismo econômico (Löwy, 2015). Ao mesmo tempo, o pagamento de baixos salários reduz o poder aquisitivo das minorias e mantém o consumo desta população bastante limitado, reduzindo o consumo de bens e serviços produzidos pelos próprios capitalistas neoliberais.

Existem elementos históricos no Brasil que alimentam e favorecem a implementação de uma política anti-inclusão neoliberal de extrema-direita, elementos que não se restringem apenas ao econômico ou a crise do capitalismo financeiro de 2008. A obra de Saffioti (1987, 2013) nos auxilia a compreender estes elementos históricos ligados ao capitalismo local, o patriarcado e ao racismo que favorecem a propagação da ideologia neoliberal e neoconservadora de extrema-direita e sua agenda anti-inclusão de minorias no Brasil, conforme será abordado no tópico a seguir.

A dominação-exploração patriarcado-racismo-capitalismo: uma construção subjetiva

O (re)surgimento da extrema-direita e o neoconservadorismo no Brasil não pode ser explicado unicamente por questões econômicas, como a crise de 2008 (Löwy, 2015). Existem aspectos locais que influenciam e potencializam a propagação destas ideologias. Para explicar estes aspectos foi utilizada a obra de Saffioti (1987) por se tratar de uma obra que tem como principal finalidade compreender sociologicamente as relações entre capitalismo, patriarcado, racismo e conservadorismo na sociedade brasileira que (re)produzem a exclusão de minorias, objetivo central deste artigo. Para Saffioti (1987), existe uma relação simbiótica indissociável entre patriarcado-racismo-capitalismo no Brasil. Para a autora, os três sistemas de dominação são indissociáveis e estão diretamente relacionados. Assim, patriarcado, racismo e capitalismo atuam, de forma simultânea e concomitante, na construção de desigualdades sociais, constituindo, nesta simbiose, um único sistema de dominação e exploração. Portanto, as desigualdades produzidas neste sistema de dominação e exploração

não são meros aspectos culturais, mas estão relacionadas as estruturas de dominação patriarcais, raciais e de classe. Com isto, Saffioti (1987) busca compreender o Brasil, principalmente a discriminação e o conservadorismo direcionados a mulheres, negros e homossexuais, evidenciando o “privilégio” do macho em sua obra. Para ela existe na sociedade brasileira um duplo padrão moral que fomenta a própria família burguesa e o domínio dos poderosos.

Para Saffioti (1987), patriarcado-racismo-capitalismo constituem um único sistema de dominação-exploração na sociedade brasileira. O patriarcado e o racismo já existiam bem antes da emergência do capitalismo. Contudo, somente com o surgimento do capitalismo ocorre a fusão e simbiose entre estes três sistemas de dominação-exploração. Com o capitalismo estes três sistemas de dominação-exploração (patriarcado-racismo-capitalismo) tornam-se inseparáveis e atuam de forma simbiótica, formando um único sistema de dominação-exploração, atuando de forma conjunta e simbiótica sem qualquer hierarquia entre os três sistemas, pois eles atuam, de forma conjunta, sem qualquer privilégio de uma dominação sobre a outra. Para Saffioti (1987, p. 61), o que se observa é “[...]uma simbiose entre eles. Esta fusão ocorreu em tal profundidade, que é praticamente impossível afirmar que tal discriminação provém do patriarcado, ao passo que outras se vinculam ao sistema de classes sociais e ou ao racismo”. A simbiose patriarcado-racismo-capitalismo privilegia e beneficia principalmente o homem branco rico heterossexual e para Saffioti esta simbiose complexa da realidade brasileira torna necessária a construção de uma abordagem teórica e metodológica também complexa (Vilaça, 2019).

Em relação ao patriarcado, a sociedade brasileira define as fronteiras e os limites, os espaços que podem ser ocupados por homens e mulheres, atribuindo as mulheres, mesmo quando exercem atividade remunerada, a responsabilidade de cuidar da casa e educar os filhos, preparando as gerações mais novas para a vida em sociedade (Saffioti, 1987). Assim, a atribuição do espaço doméstico à mulher é construída como sendo algo naturalmente feminino, como sendo uma característica intrínseca e natural das mulheres. Com isso, a sociedade brasileira busca naturalizar este processo com o intuito de construir a mentalidade de que a “[...]atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, [...] como é *natural* sua capacidade de conceber e dar à luz” (Saffioti, 1987, p. 9, grifo original), constituindo a dimensão sociocultural do que é ser mulher no Brasil.

Contudo, a identidade social de mulheres e homens é uma elaboração social, ou seja, ela é socialmente construída ao invés de ser algo natural. Neste sentido, ocorre para a autora uma elaboração social dos fenômenos naturais que dificulta as pessoas separarem a natureza dos processos socioculturais que as transformam e as ressignificam, visando naturalizar processos que são, de fato, socioculturais e históricos. Saffioti demonstra que a diferenciação genética é, na realidade, um processo histórico e social de construção de desigualdades que opera naturalizando as diferenças entre homens e mulheres (Motta & Bezerra, 2021).

Para Saffioti (1987), a principal estratégia deste processo de naturalização do sociocultural é naturalizar a crença de que o papel das mulheres sempre foi cuidar do espaço doméstico, excluindo desta atribuição toda sua dimensão social, cultural e histórica, naturalizando esta atribuição como sendo exclusivamente feminina, uma natureza feminina, mascarando a realidade envolta por relações de poder que produzem esta naturalização. Isto invisibiliza as mulheres na sociedade, relegando a elas papéis secundários e desvalorizados, sendo consideradas incapazes de serem agentes da história. Para a autora, é necessário combater este processo de naturalização que visa camuflar os processos socioculturais de gênero que relacionam a mulher ao espaço doméstico, à fraqueza, à submissão e à incapacidade através da problematização da dimensão histórica na qual mulheres e homens são construídos no Brasil (Vilaça, 2019). Vilaça (2019) afirma que com isto Saffioti evidencia dois aspectos das desigualdades sociais entre homens e mulheres: (1) o primeiro, é que mulheres e homens são produzidos em processos históricos que estabelecem a cada momento da história estruturas sociais diferentes, mas sempre marcadas por desigualdades; (2) segundo, são singulares as diferentes conformações históricas e estruturas sociais entre povos e sociedades diferentes.

Vale destacar que o patriarcado não admite a homossexualidade. A homossexualidade até pode ser tolerada pelo patriarcado, desde que não seja explícita, mas disfarçada e discreta, pois o homossexual coloca em risco a imagem do homem latino másculo, macho e heterossexual contida no patriarcado (Saffioti, 1987). Isto evidencia porque para Saffioti as desigualdades de gênero são estruturais e estão entrelaçadas com outras estruturas de desigualdades (Vilaça, 2019). Por isso, Saffioti (1987) defende que este processo de naturalização acontece também com outras identidades discriminadas na sociedade, tais como negros, homossexuais e indígenas, que são invisibilizados e considerados incapazes de fazer história.

A naturalização dos processos socioculturais faz circular uma ideologia da inferioridade de mulheres, negros, pessoas trans e homossexuais com o intuito de privilegiar homens brancos, heterossexuais, cisgêneros e ricos, estes considerados agentes da história, construindo no imaginário social a mentalidade de que minorias são fracas, menos inteligentes, sujeitos falhos e inferiores, estabelecendo uma estrutura de dominação-exploração. Assim, para Saffioti (1987), o patriarcado não é o único princípio de dominação que estrutura a sociedade brasileira na produção de desigualdades. Neste sentido, classe social, raça e etnia também são estruturas de dominação que atuam concomitantemente com o patriarcado na produção de desigualdades.

Por exemplo, a crença no Brasil do mito da democracia racial visa negar a existência do racismo e camuflar as desigualdades raciais, objetivando camuflar o racismo estrutural que relega para a maioria da população negra as ocupações menos privilegiadas e mais mal remuneradas da sociedade, camuflando esta desigualdade estrutural como se fosse uma simples questão de mérito individual (Saffioti, 1987). Assim, as mulheres também vivenciam desigualdades diferentes em função de sua raça e as desigualdades de gênero entre mulheres brancas e negras não são idênticas (Vilaça, 2019). Mulheres negras estão sujeitas aos piores trabalhos e remunerações na sociedade em relação as mulheres brancas.

Antagonicamente, o principal aspecto da ideologia liberal defende que todos são iguais perante a lei, contudo esta igualdade é apenas uma formalidade já que na prática as classes dominantes compostas por homens cis brancos ricos são tratadas com privilégios na aplicação da lei, enquanto minorias, como a população negra, são tratadas como criminosas (Saffioti, 1987). Na realidade, este princípio liberal de que todos são iguais perante a lei coaduna com a ideologia meritocrática contida no neoliberalismo que acredita que todos nascemos com as mesmas oportunidades na vida, independentemente de gênero, raça, classe social e orientação sexual, já que todo fracasso é considerado uma falha individual ao invés de uma produção estrutural, social e coletiva. Obviamente não nascemos com as mesmas oportunidades na vida e classe social, gênero, raça e orientação sexual produzem desigualdades de oportunidades e acesso a recursos.

Portanto, o fortalecimento de movimentos neoconservadores tem sua origem nas transformações subjetivas produzidas pelo neoliberalismo na sociedade em sua defesa da meritocracia e individualismo social e ataque às políticas de redistribuição de renda e solidariedade social, não considerando as desigualdades como estruturais, mas como aspectos meritocráticos fundamentados no esforço individual de cada sujeito (Dardot & Laval, 2016). Vale destacar que, apesar da importância de leis que garantam igualdade de oportunidades e o tratamento de minorias, Saffioti (1987, p. 15) salienta que as estruturas de dominação-exploração “[...]não se transformam meramente através da legislação. Esta é importante, na medida em que permite a qualquer cidadão prejudicado pelas práticas discriminatórias recorrer à justiça”, contudo enquanto perdurar estas estruturas que legitimam a ideologia dominante “especialmente contra a mulher, os próprios agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar à luz do sistema de ideias justificador do presente estado das coisas” (Saffioti, 1987, p. 15).

Os grupos privilegiados na sociedade brasileira detêm o poder econômico e político, atuando de forma solidária, impondo regras que disciplinam e controlam as minorias, pagando menores salários a mulheres, negros e LGBTQIAPN+ com o objetivo de expandirem seus lucros. Desta forma, as camadas privilegiadas da sociedade mantêm seus interesses econômicos e privilégios, garantindo a ampliação da riqueza da família burguesa. Assim, “[...]a classe patronal tem o maior interesse na existência de categorias sociais discriminadas: mulheres, negros, homossexuais. Quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e baixos salários” (Saffioti, 1987, p. 23). Os pré-conceitos e as discriminações são frutos dos interesses das classes privilegiadas na manutenção e expansão de seus privilégios e capital, evidenciando o processo de construção social da inferioridade e da superioridade de determinados grupos sociais, estabelecendo uma estrutura que faz com que as próprias minorias, de tanto ouvirem que são inferiores na sociedade, acabam acreditando em sua inferioridade e subordinação.

Este processo de manutenção de privilégios atua como uma relação de dominação-exploração, fazendo com que, para a autora, o capitalismo seja incompatível com a agenda de igualdade social e inclusão, pois é fundamentado na exploração da mão-de-obra, fazendo com que um maior

contingente de minorias tenha que trabalhar no mercado informal, como o trabalho doméstico de mulheres negras (Teixeira, Carrieri, Souza, 2020) e a prostituição de travestis e pessoas trans no Brasil (Medeiros, 2022; Souza & Carrieri, 2015). Enfim, “Obviamente, se um grupo social tem menor número de oportunidades na vida em função dos preconceitos que pesam sobre ele, encontram-se em seu interior maior número de miseráveis, grandes contingentes de analfabetos e de pessoas pouco escolarizadas [...]” (Saffioti, 1987, p. 52).

Em busca da manutenção de privilégios, as relações entre empresários e políticos brasileiros são, geralmente, antidemocráticas e a elite brasileira não tem nenhuma preocupação com um projeto de desenvolvimento da sociedade como um todo, nem com o combate das desigualdades sociais, atuando apenas com o objetivo de utilizar os recursos do Estado para interesses e fins privados destas elites em detrimento dos interesses do restante da população brasileira (Fróes, Carrieri, Araújo, Leão, 2023).

Além disso, Faoro (2001) alerta que a implantação do liberalismo no Brasil é algo falacioso, um liberalismo de fachada, pois não visa constituir uma economia de mercado ou igualdade jurídica entre todos os cidadãos, mas sim se apropriar dos recursos públicos, não seguindo os ideais Iluministas que fomentaram o liberalismo no restante do mundo, pois não tem como finalidade o desenvolvimento da nação como um todo. Assim, o liberalismo no Brasil está fortemente atrelado às dinâmicas das elites em sua busca pela manutenção de privilégios, benefícios e riqueza, mesmo que para isso tenham que combater um projeto de nação e sociedade (Fróes *et al.*, 2023). Esta desconexão do liberalismo brasileiro das ideias Iluministas auxilia compreender porque no Brasil o partido liberal da época imperial votou contra o fim da escravidão, algo oposto ao que liberalismo defendeu no restante do mundo (Fróes *et al.*, 2023). Isto perdura até os dias de hoje, por exemplo, todos os deputados do Partido Novo, um partido criado para defender os interesses das elites, dos grandes empresários e da ideologia neoliberal, votaram contra o Brasil aderir a convenção da OEA contra o racismo em 2020.

Saffioti (1987) demonstra que não somente quem detém o poder econômico e político alimenta esta relação de dominação-exploração patriarcado-racismo-capitalismo, mas também pessoas preconceituosas, mesmo que não façam parte das classes dominantes e das elites brasileiras. A ideologia da classe dominante fundamentada no patriarcado-racismo-capitalismo circula também na mente dos dominados e explorados em um processo de disciplinação e domesticação das famílias com o intuito de domesticar a mão-de-obra e os trabalhadores (Saffioti, 1987), atuando na construção subjetiva das classes inferiores. Além disso, a autora salienta que a classe média brasileira é conservadora em função do seu desejo de ascensão social, por isso, geralmente a classe média brasileira é favorável à manutenção da sociedade com suas desigualdades e classes sociais bem definidas.

Contudo, em momentos em que historicamente as classes médias perdem *status*, rendimentos e posição social, elas tendem a se unirem com as classes oprimidas. Entretanto, logo que enxergam a possibilidade de

novamente ascenderem socialmente a classe média adere novamente a ideologias conservadoras baseadas na dominação-exploração, abandonando os oprimidos, ou seja, a classe média brasileira tende ao conservadorismo e temem as mudanças sociais desejadas pelas classes menos favorecidas, pois temem qualquer modificação na ordem social que ameace sua posição social, combatendo qualquer alteração na ordem social. “As classes médias funcionam, assim, como uma espécie de para-raios, amenizando os choques entre as classes subalternas e as classes dominantes. Deste modo, contribuem enormemente para atrasar as conquistas das classes trabalhadoras” (Saffioti, 1987, p. 59). Este fato auxilia compreendermos porque o racismo propagado pela extrema-direita contamina não somente a burguesia, mas também os desempregados, demais trabalhadores e jovens (Löwy, 2015). Isto também explica por que muitas minorias no Brasil aderem a extrema-direita, como homossexuais, por exemplo (Siqueira, Medeiros, Silva & Castro, 2022).

Portanto, diante de uma crise do capitalismo, o conservadorismo é acionado e utilizado para promover, fortalecer e expandir o neoliberalismo com o objetivo de (re)produzir as relações patriarcais-racistas-capitalistas (Souza & Fonseca, 2017) em toda sociedade. Em outras palavras o liberalismo e sua versão neoliberal não é apenas um projeto econômico, mas, principalmente, um projeto de construção subjetiva dos indivíduos, produzindo uma inteligibilidade e forma de se compreender a materialidade do mundo social.

Desta forma, o neoconservadorismo brasileiro de extrema-direita brasileira está presente nas próprias lutas de classe em que a classe burguesa busca constituir-se como referência para toda sociedade em sua busca pela manutenção do *status quo* em favor das classes dominantes (Ferreira, 2016). Como falado, a união entre neoliberalismo e extrema-direita, apesar de ser um fenômeno mundial, não é um fenômeno homogêneo entre os países. Existem particularidades e diferenças entre as extremas-direitas no mundo. Assim, o próximo tópico do artigo discute a extrema-direita no Brasil e suas principais diferenças em relação a Europa.

A extrema-direita no Brasil: a busca pela manutenção da estrutura de dominação-exploração patriarcal-racista-capitalista

Irineu *et al.* (2020) afirmam que a ascensão da extrema-direita no Brasil está diretamente relacionada com as determinações sócio-históricas presentes em um sistema capitalista que necessita do heteropatriarcado, pois ele enraíza na sociedade as desigualdades raciais, sexuais e de gênero vitais para a dinâmica de exploração capitalista. Para Camacam *et al.* (2019), o patriarcado e o racismo são elementos que estruturam o capitalismo brasileiro, sendo componentes fundamentais para a formação econômico e social do capitalismo local. Portanto, diante da crise que o capitalismo global vive nas duas últimas décadas, houve uma união entre o ultraliberalismo e o conservadorismo no Brasil com o objetivo de manter o patriarcado e o racismo como forma de

formação econômica e social do capitalismo brasileiro, pois o “[...]capitalismo não prescinde de outras formas de opressão, mas incorpora e nutre-se dos mecanismos patriarcais e racistas” (Camacam *et al.*, 2019, p. 125).

Vale destacar que a implicação entre neoliberalismo e neoconservadorismo visa manter as estruturas patriarcais-coloniais-capitalistas na sociedade brasileira (Carvalho & Inocêncio, 2021). Questões sociais e identitárias relacionadas a gênero, educação sexual, raça e corpos ganham notoriedade no Brasil com o fim da ditadura militar em 1985, visando exatamente problematizar os fundamentos conservadores patriarcais e colonialistas da sociedade brasileira, questionando preconceitos direcionados às minorias de gênero, de raça e de orientação sexual (Carvalho & Inocêncio, 2021). Como resultado, no período de governo entre 2000-2010 foi implementado diversas políticas progressistas que, em conjunto com um neoliberalismo progressista, mas que não visava promover mudanças estruturais, beneficiou diversos grupos minoritários (Carvalho & Inocêncio, 2021; Freixo & Pinheiro-Machado, 2019). Ressalta-se que as políticas públicas de inclusão de minorias desenvolvidas entre 2000-2010 buscando a equidade de gênero, racial e de diversidade sexual foram desenvolvidas pelo Estado brasileiro e promovidas pelo neoliberalismo progressista desde que controlem e subordinem as minorias ao neoliberalismo, em razão e conforme os interesses econômicos de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (Carvalho, 2020).

O forte vínculo e a dependência do Brasil de países do norte global demonstra a manutenção do seu *status* colonial, que foi moldado na expropriação dos corpos indígenas e negros como mão de obra escrava, na exploração de seus recursos naturais, e subordinação das mulheres em seus projetos eugênicos de limpeza social. Assim, a desigualdade é uma estratégia colonial que perdura até os dias de hoje, pois é uma estratégia para manter o Brasil subordinado aos interesses de países do norte global (Carvalho & Inocêncio, 2021). Considerando que herdamos do período colonial um processo de socialização fundamentado na subalternidade de raça, gênero e classe social, a luta e conquista de direitos sociais por minorias de raça, gênero, orientação sexual e classe colocam em risco o projeto hegemônico dos homens brancos de classes sociais superiores que visam manter seus privilégios masculinos de elites sociais e de raça. Assim, em uma busca da manutenção deste processo colonial de socialização que objetiva manter seu *status quo*, as elites brasileiras promovem o conservadorismo no cotidiano, produzindo uma sociedade homofóbica, racista e sexista, intermediada por um Estado forjado no mesmo conservadorismo que (re)produz desigualdades sociais e exclusões às minorias de gênero, raça e orientação sexual (Souza & Fonseca, 2017), como mulheres, LGBTQIAPN+ e pessoas negras. Desta forma, as políticas públicas que seriam fundamentais para a inclusão destas minorias acabam não sendo implementadas ou implementadas de forma precária e insuficiente.

Existem mais diferenças do que similaridades entre a extrema-direita do Brasil e da Europa, por exemplo. As principais diferenças são enumeradas a seguir: (1) existe na Europa uma relação de continuidade entre o nazifascismo clássico dos anos 30 e os atuais, enquanto isto não ocorre no Brasil, pois, apesar da força do fascismo brasileiro da década de 30,

principalmente considerando que o integralismo tinha bastante importância nesta época, influenciando inclusive o golpe do Estado Novo em 1938, a extrema-direita brasileira contemporânea não tem muita relação com a matriz integralista; (2) apesar do racismo estar muito presente na sociedade brasileira, os partidos brasileiros de massa não se declaram, pelo menos não explicitamente em seus estatutos, o racismo como sua principal bandeira, como acontece nos partidos de extrema-direita europeus; (3) na Europa, o combate à corrupção não é uma bandeira da extrema-direita, mas no Brasil os setores conservadores têm como tradição, desde a década de 40 do século passado, levantar a bandeira contra a corrupção para que possam fomentar o saudosismo de ditaduras e golpes militares para justificarem a continuidade das oligarquias tradicionais no poder (Löwy, 2015).

Além disto, existem particularidades da própria formação do capital brasileiro que o difere do restante do mundo: conforme visto, a superexploração de trabalhadores sempre foi utilizada pelo capitalismo local para garantirem e manterem seus ganhos e lucros, sendo usual a associação da política nacional com tendências fascistas como resposta as crises do capital, normalmente camufladas como políticas de austeridade orçamentária direcionadas a programas e políticas sociais, mas cuja austeridade orçamentária não é aplicada ao capital, que são, de fato, os verdadeiros geradores das crises orçamentárias e econômicas. Por exemplo, sobre o pretexto de urgente necessidade de cortes orçamentários ou combates a fraudes, muitas mulheres e seus filhos ficaram desassistidas do Bolsa Família, colocando em risco a vida de seus filhos e delas, principalmente mulheres negras, reafirmando que o patriarcado e escravidão são constituintes do capital brasileiro (Camacam *et al.*, 2019).

No caso brasileiro, a articulação entre o neoconservadorismo e neoliberalismo se expressa de forma mais evidente com a eleição de Bolsonaro em 2018. Assim, as formas de governo são configuradas e estão interrelacionadas às interferências e regulações do capital, demonstrando as implicações entre o político e o econômico nas relações sociais e culturais brasileiras (Irineu *et al.*, 2020). Contudo, este não é somente um fenômeno brasileiro. Nos Estados Unidos, a desilusão dos americanos com o liberalismo e conservadorismo moderado fomentou a emergência de uma geração de conservadores pela união do liberalismo clássico com a moral conservadora, dando origem ao neoliberalismo e neoconservadorismo, uma junção e sobreposição entre ideias conservadoras e neoliberais, pois “[...]os conservadores partilharam de princípios iguais aos neoliberais, como crença de que o Estado não deve interferir na economia e a ideia que programas sociais geram endividamento, inflação e do ponto de vista moral ainda desestimularia o trabalho e o desenvolvimento da sociedade” (Irineu *et al.*, 2020, p. 104).

Vale ressaltar que a democratização é um processo recente na América Latina. Muitos países passaram recentemente de regimes autoritários para democráticos, contudo, estes períodos de exceção autoritária ainda não foram superados através de uma transição efetiva de ditadura para democracia, pois não ocorreu uma reformulação profunda das instituições e das relações entre os políticos com o povo (Ferreira, 2016). Nesse sentido, “[...]a polícia manteve a matança aos pobres como padrão, o autoritarismo de quem detêm cargos políticos triunfou sobre o povo, a ‘nova classe

média' integrada pelo consumo se identifica com os que estão acima dela" (Ferreira, 2016, p. 167). Vive-se um tempo de incoerência política em que o conservadorismo moral e político se apresenta como algo novo e sinônimo de mudança, mas que apesar de seu clamor por democracia e nacionalismo, objetiva, de fato, autoritarismo e submissão aos interesses de outras nações (Ferreira, 2016).

O que a extrema-direita brasileira tem em comum com a europeia é, principalmente (1), o culto à violência policial e à pena de morte, ou seja, à propagação de uma ideologia repressiva; (2) à intolerância com minorias sexuais, principalmente a homossexuais e pessoas transexuais, segundo os ditames religiosos católicos e neopentecostais (Löwy, 2015). Por isso a extrema-direita quando assumem governos têm como principal foco destruir políticas públicas direcionadas a mulheres e LGBTQIAPN+, conforme será visto a seguir.

■ Histórico das políticas públicas LGBTQIAPN+ e feministas no Brasil: o governo Bolsonaro em evidência

Ao analisar a Tabela 1 abaixo pode-se afirmar como principal resultado que, apesar dos avanços nas últimas décadas, a implementação de políticas públicas e direitos sociais para a população LGBTQIAPN+ no Brasil têm como principal característica a fragilidade e o retrocesso (Aragusuku & Lopes, 2016; Miguel, 2021), sendo estas políticas marcadas por períodos de instabilidade, ataques e falta de continuidade, principalmente em função do avanço das ideias de extrema-direita expressas na associação entre neoconservadores, neoliberais e fundamentalistas religiosos, como será visto nos próximos parágrafos. As constantes crises do capital submetem o Estado brasileiro aos interesses dos neoliberais, aplicando as lógicas neoliberais que buscam a redução de gastos públicos sociais e o desmonte das políticas públicas, confirmando a relação simbiótica entre o discurso neoliberal de austeridade e o fascismo descrita por Mattei (2022), fazendo com que a implementação de políticas públicas feministas e LGBTQIAPN+ fiquem submetidas a vontade do governante, já que no Brasil não contam com apoio do legislativo (Aragusuku & Lopes, 2016).

Pode-se afirmar que, após uma década de criação e implementação de políticas públicas LGBTQIAPN+ e mulheres ocorridas após a ditadura militar no Brasil, ocorreu, a partir do golpe constitucional de 2016, um processo de desmantelamento dessas políticas (Carvalho & Inocêncio, 2021; Feitosa, 2021; Freixo & Pinheiro-Machado, 2019; Souza & Fonseca, 2017), ocorrendo, a partir do golpe jurídico parlamentar e midiático de 2016, um desmonte das políticas sociais no Brasil, principalmente com a extinção do Ministério de Direitos Humanos pelo governo Temer (Camacam *et al.*, 2019). Com o golpe constitucional de 2016, o governo neoliberal de Temer assumiu o governo e não desenvolveu políticas públicas para a população LGBTQIAPN+, pavimentando os caminhos para o crescimento da agenda neoliberal e da extrema-direita no Brasil, reduzindo o Ministério dos Direitos

Humanos a uma Secretaria Especial dos Direitos Humanos subordinada ao Ministério da Justiça, recuando desta medida em 2017, devido as pressões dos movimentos sociais, reestabelecendo o Ministério dos Direitos Humanos, só que sem qualquer orçamento viável para exercer suas funções.

Em 2018, a aliança entre o neoconservadorismo, neofundamentalismo religioso e o neoliberalismo brasileiro promoveu a eleição de um governo de extrema-direita, o governo Bolsonaro. Governo que promoveu um ataque sistêmico as políticas públicas e aos direitos LGBTQIAPN+, negros e mulheres (Irineu *et al.*, 2020), conforme a Tabela 1 demonstra. Carvalho e Inocêncio (2021) afirmam que o desmonte e destruição das políticas públicas da educação para gêneros, orientação sexual e corpos são táticas neoliberais e neoconservadoras que promovem os discursos de ódio direcionadas às minorias e uma pedagogia fascista. A circulação e reprodução deste discurso de ódio encontra solo fértil no Brasil em razão da estrutura patriarcado-racismo-capitalismo que também fomenta ideias conservadoras e anti-inclusão na sociedade brasileira, criando um solo perfeito para a proliferação das ideias de extrema-direita no Brasil (Saffioti, 1987).

A Tabela 1 demonstra que o governo Bolsonaro se configura como um governo antigênero e racista, ao buscar manter a ordem e hierarquias sociais de gênero e raça que mantêm as mulheres submissas aos homens e ao masculino, bem como a população negra em situação de vulnerabilidade, estimulando o patriarcado, a LGBTfobia e o racismo em todas as esferas de governo e sociedade. Assim, o governo Bolsonaro configura-se como um governo antidiversidade ao desconstruir e combater políticas públicas que promovam a cidadania da população negra, mulheres e LGBTQIAPN+ ao extinguir a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC, retirar a diretriz de promoção e de defesa dos direitos da população LGBTI do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos, extinguir o grupo de trabalho sobre quilombolas e do comitê de articulação e monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, bem como extinção do Conselho de Combate à Discriminação LGBT, dentre outras medidas evidenciadas na Tabela 1.

Além disso, vale destacar que, além dos desmontes elencados na Tabela 1, o governo Bolsonaro buscou negar os direitos humanos, adotando uma postura antidireitos sociais ao se opor as políticas de cotas, de distribuição de renda, como o Bolsa Família, e de outras políticas sociais tendo como principal justificativa a necessidade de implementar uma política de austeridade neoliberal, objetivando circular a narrativa que estes cortes são apenas motivados por questões meramente técnicas, na realidade demonstram que as políticas de austeridade neoliberais não têm relação apenas com aspectos econômicos, mas aliam-se a extrema-direita em sua cruzada para implementar pautas morais conservadoras (Carvalho & Inocêncio, 2021)

Desta forma, o governo Bolsonaro é um governo anti-igualitário ao ser contrário e destruir políticas públicas sociais, educacionais e relacionadas a saúde que diminuem as desigualdades de gênero, de raça e de classe social. Não é por acaso que ministros do governo Bolsonaro e o próprio pronunciaram discursos homofóbicos, anti-inclusão de

deficientes nas escolas, contrários as Universidades públicas federais, contrários a políticas de cotas e a movimentos feministas dentro de uma lógica discursiva neoliberal (Irineu; Oliveira; Lacerda, 2020). Portanto, a “[...]constituição do projeto neoliberal e neoconservador tende a afetar, sobremaneiramente, a população LGBT, [...] por que essa programática retira recursos das políticas sociais como um todo, alargando o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais e o barateamento da força de trabalho [...]” (Irineu *et al.*, 2020, p. 107).

A Tabela 1 demonstra os retrocessos do governo Bolsonaro em sua cruzada anti-inclusão em conjunto com setores neoliberais e religiosos do Brasil. Salienta-se que o Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos é o órgão que mais enveredou políticas anti-inclusão de LGBTQIAPN+ e mulheres. Pode-se concluir que a extrema-direita “[...]busca a aniquilação, repressão, intimidação, perseguição, criminalização e extermínio das diferenças, da diversidade e do próprio processo democrático[...]”, demonstrando que a junção do neoconservadorismo com o neoliberalismo visa colocar a democracia em xeque e em colapso, favorecendo assim o grande capital (Irineu *et al.*, 2020, p. 111).

Tabela 1- Retrocesso para população LGBTQIAPN+ e Mulheres no Governo Bolsonaro

Ação	Órgão
Janeiro/2019: Extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, órgão do MEC responsável pela promoção de ações transversais sobre gênero, orientação sexual, identidade de gênero, deficiências e condição geracional	Ministério da Educação – MEC
Janeiro/2019: Retirada da diretriz de promoção e defesa dos direitos da população LGBTI na reestruturação do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos - MMFDH	Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos – MMFDH
Janeiro/2019: Ministra Damares Alves discursa em sua posse que “Meninos vestem azul e meninas vestem rosa” e que em sua gestão “meninos voltarão a ser príncipes e meninas princesas”	Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos – MMFDH
Fevereiro/2019: Reorientação das campanhas específicas de prevenção às IST/Aids desconsiderando as especificidades da população de homens gays e bissexuais, travestis, mulheres LBT e homens trans. A justificativa do novo Ministro é “não ofender as famílias”	Ministério da Saúde – MS
Abril/2019: Extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC	Ministério da Educação – MEC
2019: Extinção do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Quilombos	Interministerial
2019: Extinção da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afrobrasileiros (Cadara)	Ministério da Educação – MEC
Novembro/2019: Extinção do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos – MMFDH
Mai/2019: Extinção do Departamento de HIV/Aids que passou a ser Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis	Ministério da Saúde – MS
Junho/2019: Extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD)	Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos – MMFDH
Agosto/2019: ANCINE proibe o financiamento de filmes com temática LGBTI	Agência Nacional de Cinema (ANCINE)
Setembro/2019: Cancelamento do Vestibular com cotas destinadas a pessoas trans na Unilab	Ministério da Educação – MEC
Dezembro/2019: Não convocação e não realização da Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT prevista para o final de 2019 pelo CNCD LGBT	Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos – MMFDH

Ação	Órgão
Setembro/2019: Ministro Milton Ribeiro se pronuncia sobre suas intenções de mudança acerca da educação sexual nas escolas e atribui “homossexualismo à famílias desajustadas”	Ministério da Educação – MEC
Fevereiro/2020: MMFDH lança campanha #tudotemseutempo que estimula a abstinência sexual como método contraceptivo	Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos – MMFDH
Outubro/2020: Advocacia Geral da União (AGU), entra com pedido de revogação da decisão do STF que equiparou a discriminação à LGBTI ao racismo	Advocacia Geral da União (AGU)
Entre anos de 2020-2023: Ministério da Economia reduz em 94% os recursos orçamentários para o combate ao feminicídio e violência contra as mulheres	Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos – MMFDH
Em 2021, foi destinada o menor orçamento a Fundação Cultural Palmares (FCP) dos últimos dez anos. As regras para que as comunidades quilombolas consigam certificação foram editadas, buscando tornar o processo com mais disfunções burocráticas e moroso. Como resultado ocorreu uma redução de cerca de 75% de certificações concedidas. Além disto, a gestão 2019-2022 negou a existência no Brasil do racismo de forma sistemática e estrutural	Ministério da Cultura (MinC)
Outubro 2021: Jair Bolsonaro veta trecho da Lei 14.214 aprovada pelo congresso nacional que previa a distribuição de absorventes femininos para estudantes de baixa renda e pessoas em situação de rua.	Presidência da República
Outubro 2022: Ministério da Saúde reduz recursos orçamentários para o tratamento de Aids/HIV	Ministério da Saúde - MS

Fonte: Adaptado de Irineu, B. A., Oliveira, B. A., & Lacerda, M. C. (2020). Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do bolsonarismo. In: Irineu B. A. et al. (orgs), *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes* (pp. 98-115). Salvador: Editora Devires e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2023). *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília.

Os dados acima permitem concluir que, com a ascensão do governo de extrema-direita, ocorreu um processo de desinstitucionalização das políticas públicas de Estado no Brasil (Feitosa, 2021). Ao analisar especificamente o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na gestão da pastora evangélica Damares Alves, Feitosa (2021) demonstra que o processo de desinstitucionalização foi uma estratégia da extrema-direita visando o desmantelamento das políticas públicas LGBTQIAPN+ e feministas. A ministra Damares procurou estabelecer a família tradicional, a igreja e o pensamento neoconservador como princípios de governo, buscando apagar da histórica recente do Brasil os avanços relacionados às conquistas de direitos civis sobre a libertação da mulher do patriarcado, diversidade sexual e de gênero, criando as condições necessárias para o surgimento do neofundamentalismo religioso e o fim da laicidade do Estado (Severo, 2020). Portanto, o neoconservadorismo religioso, ao unir-se com o discurso neoliberal de austeridade, cria as condições necessárias para a emergência do neofundamentalismo religioso com seu discurso patriarcal, estabelecendo o patriarcado e a família tradicional como política de governo.

Esta união no Brasil entre neofundamentalistas religiosos e neoliberais promove uma agenda conservadora antifeminista e anti-LGBTQIAPN+ (Irineu, Oliveira, Lacerda, 2020; Junqueira, 2018). Harvey (2023) acrescenta que a expansão do neoliberalismo está associada ao conservadorismo em sua busca pela expansão da liberdade de mercado e enfraquecimento do Estado de bem-estar social. Para Saffioti (1987), esta junção entre neoliberalismo e neoconservadorismo produz na sociedade brasileira uma aversão a pautas

de inclusão de minorias, pois trabalham para a manutenção da estrutura de dominação-exploração patriarcado-racismo-capitalismo, que favorece a circulação de ideologias neoconservadoras de extrema-direita.

Além disso, Feitosa (2021) demonstra que este processo de desinstitucionalização de políticas públicas de inclusão se deu também pelo fim da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; fim das campanhas destinadas a prevenção de IST/Aids; não organização do IV Conferência Nacional LGBT e fim do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (sua extinção ocorreu exatamente no dia internacional do orgulho LGBTQIAPN+). Desinstitucionalização ocorre quando as instituições sofrem um constante processo de enfraquecimento, mudança, podendo até mesmo desaparecerem (Scott, 2001). Entretanto, este processo de desinstitucionalização de políticas públicas LGBTQIAPN+ e feministas é, ao mesmo tempo, uma estratégia de institucionalização da família tradicional cisheteronormativa pelo governo Bolsonaro (Feitosa, 2021).

Portanto, o governo de extrema-direita de Bolsonaro configurou-se como um governo anti-inclusão. Ele estabeleceu como principais eixos de luta o combate aos direitos e políticas públicas reprodutivas e sexuais, configurando-se como um governo anti-igualitário ao combater a inclusão de minorias, como mulheres, negros e LGBTQIAPN+. Por exemplo, políticas de inclusão visando a igualdade entre homens e mulheres que lutavam contra a discriminação de mulheres no campo da educação, ensino fundamental e médio, foram combatidas pelo governo Bolsonaro e denominadas de 'ideologia de gênero'. No campo do ensino superior, a inclusão de pobres, negros e indígenas através das políticas de cotas e ações afirmativas foram constantemente atacadas. No campo da saúde, as políticas de saúde relacionadas a gênero e sexualidade foram questionadas e tensionadas, colocando em xeque os princípios da equidade, igualdade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS), visando seu desmonte (Miskolci & Pereira, 2019). Desta forma, diversos campos do governo colocaram "em ação uma agenda anti-igualitária que aprofunda também desigualdades de classe e étnico-raciais" (Miskolci & Pereira, 2019, p. 1), bem como de gênero e orientação sexual.

Vale ressaltar que o movimento anti-igualitário não se restringe a esfera do governo Bolsonaro no Brasil. Por exemplo, o combate ao ensino superior gratuito é promovido não somente pelo governo, mas por partidos políticos, grupos de interesse pela privatização do ensino superior e veículos da imprensa que historicamente têm se recusado aceitar a implementação de políticas de quotas raciais (Miskolci & Pereira, 2019). Mesmo durante governos de esquerda ocorrem movimentos políticos que tentam retirar direitos de minorias, como a aprovação pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados em proibir o casamento entre pessoas do mesmo sexo através do projeto de Lei 580/07 em 2023. Por outro lado, o STF tem exercido um papel importante no combate a esta pauta anti-inclusão, ao garantir o casamento entre pessoas do mesmo sexo e estabelecer a homofobia e o racismo como crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

As principais implicações da agenda anti-inclusão é que, tendo-se como desculpa a necessidade de estabelecer políticas neoliberais de austeridade diante de crises do capital, os neoliberais tendem a acionar o conservadorismo e a extrema-direita para promoverem, fortalecerem e expandirem o neoliberalismo no Brasil através da (re)produção da estrutura das relações patriarcais-racistas-capitalistas (Saffioti, 1987; Souza & Fonseca, 2017) em toda sociedade brasileira. Em outras palavras, o liberalismo e sua versão neoliberal não é apenas um projeto econômico, mas principalmente um projeto de construção subjetiva dos indivíduos, produzindo uma inteligibilidade anti-inclusão na sociedade brasileira como forma de se compreender e viver o mundo. Vale salientar que este artigo não trouxe, na Tabela 1, aspectos relacionados a agenda anti-inclusão étnica direcionada aos povos indígenas, bem como o ataque a outras políticas públicas direcionadas a população pobre e a pessoas com deficiência, sendo uma limitação deste artigo.

Conclusão

Em momentos de crises econômicas, o neoliberalismo tende a se unir ao neoconservadorismo religioso e a ideologias de extrema-direita para recuperarem perdas financeiras, com o intuito de reduzir ou eliminarem os gastos orçamentários com políticas públicas sociais destinadas as minorias por meio de uma política anti-inclusão, objetivando destinar os gastos orçamentários do Estado para o benefício do grande capital e em detrimento da população como um todo, apesar das crises econômicas serem produzidas pelo grande capital e não pela população e minorias. Contudo, este fenômeno não é puramente econômico e tem relação com aspectos históricos locais relacionados a estrutura dominação-exploração patriarcado-racismo-capitalismo que fomenta as ideias anti-inclusão na sociedade brasileira e cria o solo perfeito para a proliferação das ideias de extrema-direita no Brasil, demonstrando que o neoliberalismo é, principalmente, uma forma de construção subjetiva da população como um todo e não meramente um elemento econômico.

Apesar de algumas grandes corporações neoliberais desenvolverem a gestão da diversidade, que pode, inclusive, trazer alguns benefícios para minorias ao proporcionar acesso ao emprego, vale ressaltar que acesso ao emprego não significa inclusão. Além disto, a gestão da diversidade encontra-se dentro da mesma lógica de expansão econômica e financeira do capital quando vivencia momentos de crise capitalista, pois a gestão da diversidade não tem como finalidade combater desigualdades estruturais e injustiças sociais relacionadas as minorias, mas promover a vantagem competitiva da corporação no mercado e com isto aumentar seus ganhos financeiros (Alves & Galeão-Silva, 2004). Enfim, os motivos que fazem com que as organizações implementem a gestão da diversidade são os mesmos motivos que em momentos de crise do capital estas mesmas corporações defendem uma política anti-inclusão: o aumento dos ganhos do capital.

Vale ressaltar que a inclusão de minorias não é apenas uma questão identitária ou de representatividade, mas principalmente uma questão de democracia. Neste sentido, a união entre neoliberalismo, neoconservadorismo

e extrema-direita demonstra que o grande capital se acomoda em quase todos os regimes políticos sem realizar qualquer exercício de consciência (Löwy, 2015), apoiando inclusive ditaduras e governos autoritários. Vale ressaltar que só existe democracia quando as desigualdades entre classes sociais, gêneros, raças, etnias e orientações sexuais são eliminadas, produzindo a verdadeira inclusão de minorias. Desta forma, as políticas anti-inclusão não afetam somente a vida das minorias, mas principalmente a democracia de um país. Em outras palavras, somente se atingirá a democracia no Brasil quando o sistema de dominação-exploração patriarcado-racismo-capitalismo for destruído (Saffioti, 1987). Independentemente de suas características, a união entre neoliberalismo, neoconservadorismo e extrema-direita é uma ameaça real a democracia em qualquer lugar do planeta.

Löwy (2015) salienta que não existe fórmula mágica para se combater a extrema-direita, mas para combatê-la é necessário unirmos as iniciativas locais com movimentos sociopolíticos e culturais nacionais e internacionais mais organizados e estruturados. Além disso, este movimento só será eficaz se for inspirado por forças que não façam parte do neoliberalismo dominante. Para o autor (p. 663) “[...]o sistema capitalista, sobretudo nos períodos de crise, produz e reproduz fenômenos como o fascismo, o racismo, os golpes de Estado e as ditaduras militares. A raiz desses fenômenos é sistêmica e a alternativa tem de ser radical, isto é, antissistêmica”. Assim, a inclusão de minorias somente será efetiva se ocorrer fora das linhas da lógica do sistema neoliberal.

Por fim, este artigo buscou contribuir e inspirar o pensamento crítico e a compreensão da relação entre extrema-direita, neoliberalismo e neoconservadorismo no Brasil com uma agenda anti-inclusão de mulheres, negros e LGBTQIAPN+. Neste sentido, as organizações neoliberais brasileiras e suas elites promovem o conservadorismo e ideologias de extrema-direita na sociedade brasileira, evidenciando que a ideologia neoliberal anda de mãos dadas como o neoconservadorismo e extrema-direita, produzindo na subjetividade dos brasileiros LGBTfobia, racismo e sexismo catalisados pela estrutura patriarcado-racismo-capitalismo presente na sociedade brasileira. Esta agenda anti-inclusão é claramente implementada a nível de Estado, de forma que as políticas públicas fundamentais para a inclusão de minorias sejam desinstitucionalizadas, precarizadas e extinguidas. Como sugestão para futuras pesquisas é necessário compreender como a implementação desta agenda anti-inclusão afetou diretamente a vida diária das minorias.

Nota

Agradeço às recomendações dos avaliadores que efetivamente auxiliaram na melhora e expansão das ideias do artigo.

Referências

Almeida, S. L. (2018). Neoconservadorismo e liberalismo. In: E. Solano-Gallego (Org.), *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

- Alves, M. A. & Galeão-Silva, L. G. (2004). A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *RAE*, 44(3), 20-29.
- Amato, B. & Fuchs, J. J. B. (2022). Discursos de ódio de gênero e subjetivação: articulações entre masculinismo e extrema-direita. In: Almeida, F. A. (Org.), *Violência e gênero: análises, perspectivas e desafios*, 77-92. São Paulo: Editora Científica Digital.
- Andrade, D. P. (2019). Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, 38(1), 109-135.
- Aragusuku, H. A.; Lopes, M. (2016). Preconceito, discriminação e cidadania LGBT: políticas públicas em Mato Grosso e no Brasil. *Aceno*, 3(5), 242-258.
- Biroli, F., Machado, M D. C., & Vaggione, J. M. (2020). Introdução: matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: M D. C. Machado & J. M. Vaggione (Orgs.). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*, 13-40, São Paulo: Boitempo.
- Camacam, S., Ribeiro, L. S., & Pasqualini, J. C. (2019). Mulheres brasileiras face ao avanço do neoliberalismo e da extrema-direita. *Lutas Sociais*, 23(42), 124-138.
- Carvalho, F. A. (2020). Para além de “meninas vestem rosa, meninos vestem azul”: as conjunturas e as ideologias nos novos rumos da educação para os gêneros e as sexualidades. *Revista Educação*, 45(1), 1-30.
- Carvalho, F. A. & Inocêncio, A. F. (2021). O desagendamento da educação para os corpos, gêneros e sexualidades: um projeto neoliberal, um arranjo conservador e as várias pedagogias fascistas. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, 23(2), 236-257.
- Coelho Júnior, P.J. & Hein, A. S. (2021). Gender, race and diversity: professional trajectories of black businesswomen. *Organizações & Sociedade* (Online), 28(97), 265-293.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- De Souza, E. M., Brewis, J., & Godfrey, R. (2023). Abjection in extremely gendered colonial organizations: Female military firefighter officers in Brazil. *Human Relations*, 76(9), 1474-1497.
- Faoro, R. (2001). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo.
- Feitosa, C. (2021). Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. *Cad. Gên. Tecnol.*, 14(43), 74-89.
- Ferreira, G.G. (2016). Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, 20(36), 166-178.
- Ferreti, A. S. Z. & Souza, E. M. (2022). Queer theory and entrepreneurial discourses: gender inequalities and alternative forms of analysis toward Entrepreneurship. *Cadernos Ebape.Br*, 20(2), 276-288.
- Freixo, A. & Pinheiro-Machado, R. (2019). Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: A. Freixo, A. & R. Pinheiro-Machado (Orgs.). *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*, 9-24. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.

- Fróes, F. C., Carrieri, A. P., Araújo, C. L., & Leão, M. T. W. (2023). História e cultura da corrupção dos agentes públicos no Brasil: uma leitura transversal das obras de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Darcy Ribeiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 15(1), 1-17.
- Gouvea, J. B. & Oliveira, J. S. (2021). Por que branquitudes, por que (somente) agora? *Caderno de Administração* (UEM), 28(2), 5-14.
- Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2023). *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília.
- Irineu, B. A., Oliveira, B. A., & Lacerda, M. C. (2020). Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do bolsonarismo. In: B. A. Irineu, B. A. Oliveira, & M. C. Lacerda (Orgs), *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes*, 98-115. Salvador: Editora Devires.
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 449-502.
- Lacerda, I. (2021). As políticas do medo: o significado dos discursos de extrema-direita populista. *Cadernos de Comunicação*, 25(2), 2-8.
- Löwy, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Soc. Soc.*, 124, 652-664.
- Mattei, C. E. (2022). *A ordem capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho para o fascismo*. Chicago: Universidade de Chicago Press.
- Medeiros, B. N., Castro, G. H. C., & Siqueira, M. V. S. (2022). Ativismo trans e reconhecimento: por uma transcis-rexistência- na política brasileira. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 37, 1-29.
- Miguel, L. F. (2021). O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema-direita brasileira. *Cadernos Pagu*, 1-14.
- Miskolci, R. & Pereira, P. P. G. (2019). Educação e saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. *Interface*, 23, 1-14.
- Motta, D. C. & Bezerra, E. M. (2021). A força de Heleieth Saffioti 50 anos depois. *Revista Estudos Feministas*, 29(1), 1-8.
- Mouffe, C. (2003). Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política e Sociedade*, 2(3), 11-26.
- Polese, P. (2020). *Machismo, racismo, capitalismo identitário: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade*. São Paulo: Hedra.
- Pompeu, S. L. E & Souza, E. M. (2019). A discriminação homofóbica por meio do humor: naturalização e manutenção da heteronormatividade no contexto organizacional. *Organizações & Sociedade* (ONLINE), 26(91), 645-664.
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (2013). *Mulheres na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular.
- Scott, W. R. (2001). *Institutions and organizations: ideas and interests*. Los Angeles: Sage Publications.

- Severo, D. O. (2020). Impactos da ascensão dos movimentos de extrema-direita sobre os Direitos Humanos no contexto do Brasil: uma proposta de matriz de análise. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, 4(1), 14-29.
- Silva, E. L. S. (2021). Neoconservadorismo e ofensivas antigênero no Brasil: a mobilização da “Ideologia de Gênero” e a produção de LGBTfobias no governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 4(14), 331-363.
- Siqueira, M. V. S., Medeiros, B. N., Silva, D. W. G., & Castro, G. C. (2022). Cidadania sexual nas organizações contemporâneas: provocações acerca da ascensão do imaginário político conservador e a adesão ao ideário neoliberal entre pessoas não heterossexuais. *Gestão e Planejamento*, 23, 235-249.
- Souza, E. M., Bianco, M. F., & Maratins-Silva, P. O. (2016). Análise arqueológica das estratégias utilizadas por homossexuais no trabalho bancário. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(6), 12-59.
- Souza, E. M. & Carrieri, A. P. (2015). When invisibility is impossible: body, subjectivity, and labor among travestis and transsexuais. *SAGE Open*, 5(2), 1-11.
- Souza, D. K. R. & Fonseca, R. P. O. (2017). Tendências das políticas sociais para LGBT e mulheres no Brasil. In: *Jornada Internacional Políticas Públicas*, 8, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil,
- Teixeira. C. (2020). Brazilian Housemaids and Covid-19: how can they isolate if Domestic Work stems from Racism? *Gender Work And Organization*, 28(S1), 250-259.
- Teixeira, J. C., Carrieri, A. P., & Souza, E. M. (2020). Nostalgia for enslavement relations in discourses about (but not from) housemaids. *Cadernos Pagu*, 58, 1-45.
- Vilaça, M. (2019). Uma leitura de O poder do macho, de Heleieth Saffioti. *Lutas Sociais*, 23(43), 319-321.
- Wodak, R. (2015). *The politics of fear: what right-wing populist discourses mean*. London: Sage Publications Ltd.